



11.º Congresso Nacional dos Professores . 3 e 4 de Maio 2013 . Fórum Lisboa–Lisboa

afirmar a escola pública valorizar os professores dar futuro ao país

Proposta de Plano de Acção do Secretariado Nacional da FENPROF

"Afirmar a Escola Pública, valorizar os Professores, dar futuro ao País"

Fichas relativas ao Ensino Superior e Investigação

ficha 2

Financiamento do ensino superior público

A dotação global atribuída pelo Orçamento de Estado para o ensino superior passou de 1127,2 milhões de euros, em 2008, para 917,4 milhões de euros, em 2012, o que corresponde a um corte aproximado de cerca de 20% num período de menos de cinco anos. A acentuada diminuição do orçamento público para o ensino superior tem implicado, para além do corte nos salários, a diminuição do corpo docente, com o despedimento de docentes com contratos precários e a não substituição dos que se aposentam; tem implicado também a degradação das condições de ensino, nomeadamente de laboratórios, bibliotecas, meios informáticos e edifícios.

Os novos cortes no Orçamento de Estado para 2013 tornam a situação dramática, colocando muitas das instituições na iminência da rutura financeira. Apesar das alterações efetuadas durante o debate parlamentar terem diminuído a dimensão dos cortes para o ensino superior, as receitas de muitas instituições públicas são insuficientes para assegurar as suas atividades e a missão de serviço público.

Ao mesmo tempo, as propinas têm aumentado e o apoio social aos estudantes tem diminuído. Portugal é simultaneamente um dos países da OCDE com menor investimento público por estudante do ensino superior e um daqueles em que as propinas são mais elevadas. Como consequência, aumenta o número dos estudantes que, por motivos financeiros, interrompem os estudos a meio do 1º ciclo (atual licenciatura) ou desistem de prosseguir para o 2º (mestrado) ou 3º (doutoramento).

Neste contexto, são mesmo ultrajantes as propostas do governo e do FMI para o aumento das propinas. A concretizarem-se, poriam em causa o acesso de muitos jovens a uma educação superior, num país que já apresenta uma grande desigualdade no seu acesso e frequência. Em conjunto com o empobrecimento em curso, tornariam Portugal ainda mais desigual e socialmente injusto.

O combate contra a asfixia financeira das instituições e por um financiamento público que permita um ensino superior de qualidade e democrático é parte integrante da luta em defesa da Escola Pública. Neste sentido, a FENPROF entende necessário:

- Reforçar o financiamento público, com regras estáveis e transparentes;
- Respeitar a autonomia, garantindo as condições a uma eficiente gestão pública;
- Contrariar o aumento das propinas e garantir um sistema de bolsas e de outros apoios sociais suficientes para impedir o abandono escolar por motivos económicos. ●

ficha 3

Financiamento da investigação científica

É consensual reconhecer que a investigação científica promovida no sistema de ensino superior em Portugal registou consideráveis avanços nas últimas duas décadas. O número de doutoramentos realizados e de trabalhos publicados em revistas internacionais são dois indicadores que os documentam. Esta evolução foi permitida pelo aumento dos recursos financeiros públicos alocados à ciência e pela criação de uma rede de centros de investigação, essencialmente universitários, avaliados e financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Esta rede de centros e laboratórios associados, apesar de muito assimétrica, cobre o país e permitiu consolidar investigação em vários domínios e em diferentes regiões. A par do financiamento de tipo “competitivo”, por projeto, os centros de investigação positivamente avaliados têm disposto de um financiamento plurianual de base, cujo montante é função da sua avaliação científica e do número de doutorados que estão integrados.

Em paralelo, a política científica conduzida por sucessivos governos desbaratou muita da capacidade instalada nos laboratórios de Estado que, sem objetivos claros nem financiamentos adequados, têm vindo a definhar, em virtude da diminuição do número de investigadores a que se soma o aumento respetivo da média etária.

Neste contexto é particularmente preocupante o anúncio pelo governo de alterações à filosofia e ao regime de financiamento dos centros de investigação. Com o objetivo declarado de diminuir o número de centros, pretende o governo acabar com o financiamento de base, transformando-o num concurso de projetos, tornando menos perenes e mais frágeis estas estruturas que se vinham afirmando como os pólos mais dinâmicos da Ciência em Portugal. A aplicarem-se estas opções, da competição resultará, com toda a probabilidade, o fim de centros de investigação menos consolidados, nomeadamente dos localizados em regiões mais afastadas do litoral e dos inseridos no ensino superior politécnico.

A fragilização das estruturas científicas nacionais contribuiria para uma ainda maior dificuldade em atrair fundos comunitários para Portugal, país que já é atualmente um contribuinte líquido para a investigação científica na Europa.

Para o desenvolvimento da investigação científica, a FENPROF defende:

- A manutenção do financiamento de base, plurianual, dos centros de investigação;
- A dignificação do emprego científico, com vínculos estáveis e perspectivas de progressão;
- Medidas que potenciem a realização de investigação nos institutos politécnicos, aproveitando os recursos instalados e a qualificação do corpo docente;
- O fortalecimento das estruturas científicas e políticas que defendam o interesse nacional no respeitante à distribuição dos fundos europeus para a Ciência. ●

Reorganização da rede de instituições do ensino superior

A atual rede de universidades e institutos politécnicos públicos, criada a partir do final dos anos 70, foi decisiva para o desenvolvimento nacional e regional. A sua destruição implicaria um franco agravamento das assimetrias regionais.

O relatório do Orçamento do Estado para 2013 (pag. 203) indica que é objetivo do governo a tomada de “Medidas de racionalização da rede pública de instituições, para melhor ajustamento da oferta formativa à procura e às necessidades do país em quadros qualificados”.

Com este governo e esta política, uma tal racionalização ou reorganização da rede do ensino superior terá por objetivo a redução de custos e da oferta pública e será efetuada sob a égide do mercado e da competição liberal entre as instituições. A criação de instituições vocacionadas para a formação avançada (3º e 2º ciclo), outras para o 1º ciclo e outras ainda para cursos superiores de curta duração, a par da reorganização da oferta formativa, numa lógica economicista e de “adequação” das formações ao mercado, conduzirá à diminuição da rede pública de universidades e politécnicos.

A FENPROF é contrária a uma reorganização ditada por meros critérios de mercado, sob a pressão do “combate ao défice”, que não tenha em conta a importância das várias áreas do conhecimento e do papel das instituições no desenvolvimento do todo nacional e das suas diversas regiões. Neste sentido, empenhar-se-á nas ações que visem derrotar os planos de destruição do sistema público de ensino superior e combaterá as tentativas de despedimentos ou de passagem ao regime de mobilidade especial que decorram de eventuais reorganizações e fusões de instituições.

Não há ensino superior a mais em Portugal. Pelo contrário, a percentagem da população com educação terciária ainda está longe da média nos países da OCDE. O que falta são políticas ativas que visem diminuir os níveis de abandono, alargar a base de recrutamento, elevar o nível de formação de trabalhadores e quadros técnicos no ativo, promover a formação superior ao longo da vida.

A FENPROF entende que qualquer reorganização da rede de instituições tem de assegurar:

- A manutenção da rede pública de universidades e politécnicos com elevada qualidade pedagógica, científica e democrática;
- O respeito pela capacidade humana e material instalada e o seu aproveitamento ao serviço do desenvolvimento económico e social;
- A celebração de contratos-programa que visem o aumento das qualificações do corpo docente e a melhoria das condições laboratoriais para a investigação nas instituições mais débeis;
- A coesão nacional, garantindo uma boa distribuição geográfica das instituições, mantendo instituições do ensino superior nas regiões de baixa densidade;
- A consolidação de centros de investigação em todo o país, com a manutenção de um financiamento plurianual de base, complementado com o de base competitiva. ●

Carreiras dos docentes do ensino superior

A revisão das carreiras docentes do ensino superior, operada em 2009/2010, pelo governo e pela Assembleia da República, veio abrir perspectivas de ingresso na carreira para um grande número de docentes precários no ensino politécnico, tendo no entanto deixado de fora outro conjunto de docentes que, nalguns casos, há mais de dez anos, assegura necessidades permanentes das instituições. A revisão trouxe promessas de muitos concursos para as categorias superiores das carreiras. Foi consagrado o doutoramento (ou o título de especialista, entretanto criado) como referência para a carreira politécnica.

Os profundos cortes orçamentais infligidos ao ensino superior público têm impedido a aplicação das disposições das carreiras que previam um prazo de cinco anos (até 2014) para que fossem atingidos os rácios fixados para os efetivos nas categorias mais elevadas, face ao conjunto dos professores de cada instituição. Na realidade, o que tem sucedido é precisamente o inverso, devido à ocorrência de um grande número de aposentações, não compensado pela entrada de docentes mais novos.

Como resultados, as instituições têm cada vez menos docentes nas categorias de topo, com reflexos ao nível da sua própria avaliação, nacional e internacional, e a maioria dos docentes não tem tido possibilidade de progressão. Em simultâneo, aumentou em flecha a idade média dos corpos docentes e tem crescido a pressão para a subida, em muitos casos ilegal, das cargas letivas e para o recurso a trabalho docente mal ou mesmo não remunerado, por parte de bolseiros de investigação. O reconhecimento do mérito é apenas retórico, não estando sequer a ser valorizada a obtenção do título de agregação.

Por outro lado, as oportunidades de ingresso na carreira politécnica, consagradas pela Assembleia da República, encontram-se dificultadas pelo desvanecimento do PROTEC (Programa de apoio à formação avançada de docentes do Ensino Superior Politécnico), que não chegou a afirmar-se e que, sem financiamento específico, ficou dependente da decisão de cada instituição. Assim, muitos professores cujo ingresso na carreira depende da aprovação no doutoramento, num prazo de seis anos, veem goradas as suas legítimas expectativas de dispensa de serviço docente para preparação daquele grau. Algumas instituições, financeiramente asfixiadas, têm estado a despedir, ilegalmente, docentes que se encontram ao abrigo do regime de transição.

A FENPROF persistirá nos seus esforços para contrariar esta situação, batendo-se designadamente pelo/a:

- Criação de condições para os docentes obterem os seus doutoramentos e respeito integral pelos regimes de transição das carreiras;
- Vinculação de docentes no ensino superior, no respeito pela Diretiva 1999/70/CE do Conselho Europeu, bem como princípios constitucionais e outros consagrados na legislação do trabalho, para além dos estatutos de carreira;
- Abertura de concursos, cumprindo os rácios definidos nos estatutos de carreira;
- Reconhecimento do mérito, nomeadamente dos efeitos da obtenção da agregação. ●

Precarização do trabalho científico *versus* revitalização da carreira de investigação científica

A carreira da investigação científica encontra-se estagnada já há muitos anos. São raríssimos os concursos que têm sido abertos para investigadores de carreira. A carreira nem sequer foi adaptada, ainda, à nova legislação que regula o emprego público (Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações). Embora escassas, as oportunidades que esta lei veio abrir para a progressão nos escalões de cada categoria salarial não se têm encontrado disponíveis para estes trabalhadores da administração pública, ao contrário do que sucede com os docentes do ensino superior, cuja carreira foi revista, passando a contemplar a avaliação do desempenho e imputando às instituições a obrigação de aprovação e aplicação de regulamentos, com os correspondentes efeitos em subidas de escalão que podem ter efeitos a partir de 1 de janeiro de 2008, data em que foram desbloqueadas as progressões.

Entretanto, os governos têm privilegiado a contratação de bolseiros e de investigadores com contratos precários, no âmbito da execução de sucessivos programas Ciência e, atualmente, do concurso para “investigadores FCT”. Estes investigadores são obrigados a apresentarem-se sucessivamente a concursos promovidos pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia para um número muito limitado de lugares, sendo de prever que muitos dos que agora têm contrato deixem de o ter após a sua cessação. Esta situação viola claramente a carta europeia do investigador, pois não promove a estabilização do corpo dos investigadores, aspeto essencial para estancar a “fuga de cérebros”, e deixa os trabalhadores científicos muito vulneráveis face a pressões para que deem aulas graciosamente, no lugar de docentes que entretanto se vão reformando e não são substituídos por dificuldades resultantes dos violentos cortes orçamentais a que as instituições do ensino superior têm estado sujeitas.

A FENPROF reclama que a carreira de investigação científica seja revitalizada, assegurando condições para que os atuais investigadores com contratos precários tenham efetivas oportunidades para nela ingressar, obtendo vínculos mais estáveis, e para que aqueles que nela já se encontrem tenham a possibilidade de ver reconhecidos as suas qualificações e o seu desempenho, pela via da abertura de concursos para as categorias superiores da carreira e pela progressão salarial na sua categoria, de acordo com os resultados da respetiva avaliação do desempenho. ●